

## Manifesto em defesa da educação pública

Com a Constituição Federal de 1988, foram determinados alguns princípios fundamentais para a educação nacional, tais como a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, para todos os níveis; a perspectiva de obrigatoriedade para o Ensino Médio e o atendimento às crianças de 0 a 6 anos na educação infantil. Do ponto de vista do financiamento, foi estabelecida uma política de fundos para a educação básica – inicialmente, com o Fundef, e, atualmente, com o Fundeb -, tendo sido vinculados constitucionalmente recursos para a viabilização de tal política. Do ponto de vista do atendimento, a educação básica avançou nos últimos anos, ainda que não tenha alcançado a universalização e nem superado as desigualdades regionais. Um dado digno de nota é que 83% do total das matrículas para este nível de ensino ocorreram na rede pública (dados de 2013). Do ponto de vista da qualidade, ainda há muito a avançar, por isso, continuamos alinhados à luta histórica por mais recursos, defendendo o cumprimento imediato dos 10% do PIB para a educação pública.

Em relação ao ensino superior público, houve, na última década, um movimento de expansão, iniciado, em 2003, e estendido, em 2007, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). No entanto, cinco anos depois, em 2012, o atendimento público em nível superior continuou tímido: dos 7,2 milhões de alunos matriculados em cursos de graduação, 73,4% estavam em instituições privadas; 15,2% em federais, 8,8% em estaduais e 2,6% em municipais.

Os desafios da democratização do acesso à educação superior de qualidade ainda estão longe de serem alcançados. Uma das metas do atual Plano Nacional de Educação é a de elevar a taxa de matrícula para 33% da população de 18 a 24 anos e assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Para além da expansão quantitativa, é fundamental a defesa da qualidade do ensino superior, assim como a garantia de recursos adicionais de

custeio proporcionais à expansão já alcançada, ampliando ações afirmativas e de assistência estudantil.

Infelizmente, entre 2013 e 2014, houve um ponto de inflexão nas políticas do governo federal para a educação superior pública, com o fim do Programa Reuni e a ausência de novas diretrizes para a consolidação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Concomitantemente, houve a criação ou ampliação de programas de incentivo ao ensino privado, tais como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa Nacional

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a alteração e flexibilização das regras do Fundo do Financiamento Estudantil (Fies). Para efeito de comparação no orçamento de 2015, somente para empréstimos do Fies, estão previstos R\$ 15 bilhões e o orçamento de custeio básico de todas as universidades federais do país, em 2014, foi muito inferior, de R\$ 2,4 bilhões.

Em 2015, as dificuldades na aprovação do orçamento no Congresso Nacional e a política de ajuste das contas públicas do governo federal produziram uma redução na liberação de recursos para as IFES, o que prejudicou o desenvolvimento adequado das atividades básicas de ensino, pesquisa e extensão.

As universidades públicas, entre elas as federais, são as principais responsáveis pela produção de conhecimento no Brasil. Desempenham um papel chave no debate de ideias, na discussão pública e na formação democrática dos jovens estudantes. Ocupam, por isso, um lugar de destaque no desenvolvimento do país e na vida da população.

Nesse contexto, ganha importância estratégica a definição de uma política de Estado que permita o fortalecimento da educação como um todo, e em particular a consolidação e a expansão das IFES no país, estabelecendo metas e prazos e, fundamentalmente, com compromisso por parte do governo federal de garantir os recursos humanos e financeiros necessários ao cumprimento dessa política. Nos colocamos a disposição para atingir o objetivo de transformar o Brasil em “Pátria educadora”.

### Demandas ao governo federal:

- **Liberação urgentemente e sem cortes do orçamento do MEC de 2015;**
- **Aceleração da aplicação dos 10% do PIB na educação pública;**
- **Definição de uma política de Estado para a consolidação e expansão com qualidade do ensino público superior;**
- **Aumento das verbas para Ciência e Tecnologia;**
- **Apresentação ao Congresso Nacional de uma proposta de criação de novas vagas para professores e técnicos administrativos em educação;**
- **Garantia dos auxílios e assistência estudantil com ampliação das verbas do PNAES e de outras políticas de assistência.**

**Manifesto** aprovado pelo Fórum em Defesa da Educação Superior Pública, em 10.04.2015.

**Subscrevem:** Prof.<sup>a</sup> Soraya Smaili – Reitora da Universidade Federal de São Paulo; Prof. Carlos A. Levi da Conceição – Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Prof. Jaime Ramires – Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais; Prof. Elmiro Santos Resende – Reitor da Universidade Federal de Uberlândia; Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo – Reitor da Universidade de Brasília; Prof.<sup>a</sup> Célia Maria S. Correa Oliveira – Reitora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Prof. João Carlos Salles – Reitor da Universidade Federal da Bahia; Prof. Naomar de Almeida Filho – Reitor da Universidade do Sul da Bahia; Prof.<sup>a</sup> Margareth F. Melo Diniz – Reitora da Universidade Federal da Paraíba; Prof. Dagoberto Alves de Almeida – Reitor da Universidade Federal de Itajubá; Prof. José Edilson de Amorim – Reitor da Universidade Federal de Campina Grande; Prof. Carlos Edilson de Almeida Maneschy – Reitor da Universidade Federal do

Pará; Prof. Natalino Salgado Filho – Reitor da Universidade Federal do Maranhão; Prof. Eduardo A. Modena – Reitor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo; Prof. Marcos Vinício Chein Feres (vice-reitor) – Universidade Federal de Juiz de Fora; Prof. Eurico de Barros Lôbo Filho – Reitor da Universidade Federal de Alagoas; Prof. Pedro Angelo Almeida Abreu – Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**Também assinam:** Ação Educativa; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss); Associação Brasileira de Ciência Política; Associação dos Professores de Filosofia e Filósofos do Brasil; Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Centro de Cultura Luiz Freire; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará; Centro de Estudos e Pesquisas

em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); Coletivo de Educadores Populares do Sul da Bahia (Ilhéus - Bahia); Fórum de Educação Infantil do Ceará (FEIC); Movimento do Ministério Público Democrático; Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo (OAB-SP); Programa de Direito à Educação, ActionAid Brasil; Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); além de movimentos sociais, parlamentares, professores e intelectuais.

A lista completa das adesões iniciais pode ser encontrada no portal da Unifesp, na página dedicado ao Fórum (<http://www.unifesp.br/reitoria/dci/assessoria-de-imprensa/educacao-superior-publica>).



# Fórum propõe estratégias para fortalecer o ensino superior público

Iniciativa prevê discussão permanente do tema junto à comunidade universitária e à sociedade

Com o objetivo de criar um espaço para debate e propostas de estratégias para o fortalecimento do ensino superior brasileiro, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) promoveu, no dia 10 de abril de 2015, o Fórum em Defesa da Educação Superior Pública. O evento consistiu de atividades na Reitoria da Unifesp e em todos os campi da universidade, com a realização de mesas de debates e painel de mobilização.

Ao longo do dia, a reitora da Unifesp, Soraya Smaili, representantes da área educacional e a sociedade discutiram e se mobilizaram em prol da educação pública, propondo estratégias conjuntas para garantir a educação superior gratuita de qualidade, com seu devido investimento. A expectativa é que a aprovação do decreto orçamentário seja feita sem os cortes previstos para a área.

## Expansão

Nos últimos anos, o sistema federal de educação superior passou por um intenso processo de expansão, promovido pelo governo federal e incentivado pela sociedade em geral. Novas universidades federais, novos campi, novos cursos de graduação, pós-graduação e extensão ampliaram de maneira exponencial o acesso à educação pública de qualidade, embora ainda aquém

das necessidades do país. No entanto, é necessário que o financiamento federal acompanhe esse crescimento de maneira proporcional.

Na abertura do encontro, a reitora ressaltou a importância das instituições de ensino para essa discussão. “Estamos aqui para mostrar que as universidades não só devem executar as políticas públicas como também formulá-las e discutir soluções”. As instituições públicas de ensino, entre elas as federais, são as principais responsáveis pela produção de conhecimento no Brasil, oferecendo educação gratuita, com a integração do ensino, pesquisa e extensão, e atualmente estão ameaçadas pela redução de repasses de custeio e a intermitência dos recursos de investimento.

## Discussão permanente

A Unifesp sugere uma reflexão sobre os rumos assumidos até agora pelas políticas e estratégias adotadas pelo Ministério da Educação (MEC), bem como avaliar as perspectivas possíveis diante do quadro de atual crise de financiamento. O fórum prevê discussão permanente junto à comunidade universitária, parlamentares, intelectuais, entidades representativas e organizações sociais afins, em defesa do orçamento da educação e

do financiamento que garanta o crescimento e consolidação da educação pública e de qualidade.

“É fundamental que tenhamos uma política econômica que permita os direitos da Educação. Esse é o início de um movimento com o qual acreditamos conquistar a adesão por parte de reitores, entidades, organizações e sociedade. Temos esperança que o novo ministro da Educação e a presidente Dilma tenham a sensibilidade de reconhecer a educação como direito e estamos aqui para ajudar e apresentar as nossas capacidades para a pátria educadora”, finalizou Soraya.

Durante o evento, alunos de graduação realizaram manifesto e apresentaram à reitoria sua pauta de reivindicações, sobretudo sobre a permanência estudantil e contra a precarização da educação pública.

## Reitora explica a importância do Fórum para a sociedade

**E: Por que a Unifesp está promovendo este Fórum?**

**Soraya Smaili:** O sistema de universidades federais cresceu muito nos últimos anos, estimulado por uma política de governo, o que foi um feito louvável. Contudo, esse crescimento tem sido descompassado de recursos e das condições materiais e humanas à altura do desafio de ampliar o ensino público com a qualidade desejada. Com a iminência do ajuste fiscal e a restrição de repasses que já ocorre desde o fim de 2014, as universidades públicas estão em situação crítica e, como se vê pelos noticiários, ela pode piorar. O Fórum que propomos é um espaço de debate e articulação para discutirmos alternativas, sobretudo de financiamento, no contexto atual.

**E: Quais os resultados esperados?**

**SS:** Queremos falar para a sociedade brasileira sobre o que fazemos por ela, começar a pautar a política de educação superior. Não podemos ficar em posição passiva e reativa, cortando e comprometendo nossa qualidade. É o momento das universidades públicas e suas lideranças debaterem abertamente com a sociedade e o governo qual o futuro do ensino superior no país - que é indiretamente discutir qual o nosso futuro como sociedade. O Plano Nacional de Educação, aprovado no ano passado, está a nosso favor, prevê mais recursos e a ampliação e fortalecimento do sistema público. As universidades devem falar, devem expor o que fazem em prol dos nossos jovens e da nossa sociedade.

**E: A pauta da universidade pública é corporativa? Qual seu papel para a sociedade?**

**SS:** A universidade pública é estratégica para uma sociedade melhor, mais justa, sustentável, plural e democrática. Apesar das dificuldades que enfrenta, a universidade pública ainda é um dos serviços à sociedade em que o setor público claramente destaca-se em relação ao privado, basta ver os diversos rankings acadêmicos, de ensino e pesquisa. Basta ver também o

que a universidade pública produz de desenvolvimento científico e tecnológico. Contudo, a universidade pública tem que ser mais ouvida, como já foi em outros momentos da nossa história. Intelectuais, cientistas, pesquisadores de diversas áreas têm muito a contribuir com as questões estratégicas do desenvolvimento do país, com tomadas de decisões coerentes e fundamentadas em políticas públicas..

**E: Por que o orçamento para o ensino superior público não é suficiente?**

**SS:** O ensino superior público vai muito além das aulas na graduação. O sistema das universidades públicas brasileiras é responsável por quase 100% da produção de conhecimento científico no país, além de concentrar a excelência na formação de pós-graduação. São principalmente essas universidades que levam adiante a ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Temos que lembrar também das atividades de extensão,

responsáveis pela interação entre a universidade e a sociedade. Portanto, as universidades públicas desenvolvem uma grande diversidade de atividades que demandam o investimento de recursos para garantir sua qualidade. Por isso, temos que atuar para ter mais recursos para educação pública, evitando precariedades que nos desviam de nosso papel principal de formação e produção de conhecimento. Quando comparamos os investimentos que países mais desenvolvidos e com melhor qualidade de vida fazem na educação superior pública, percebemos claramente que o Brasil ainda está atrás. Esse fato explica, associado a outros, porque não conseguimos avançar em diversos indicadores sociais relacionados à economia, justiça social, meio ambiente e bem-estar humano. Se queremos um país socialmente mais justo e soberano na decisão e construção de seu futuro, então temos que garantir os investimentos na Educação.



Foto: Flaminio Raingel



# “Ou nos mobilizamos ou perdemos a batalha”

Especialistas expõem suas análises e propõem alternativas

## Plínio Sampaio Jr. (Unicamp)

“Passamos por uma crise profunda de representação da política brasileira e de suas instituições, que sofrem com agravos sociais e exaustão do ciclo de crescimento. Antigos problemas voltaram de maneira agravada: fiscais, inflacionários e cambiais. Qual é o impacto disso sobre a educação brasileira? Pode ter ensino superior, mas não universidade. Há uma diferença entre ambos: um é correia de transmissão do sistema, enquanto o outro trata-se de uma instituição para compreender os problemas da sociedade e possíveis soluções. No ensino superior não tem formação crítica, enquanto a base da universidade é a crítica. O manifesto é um alerta para o fato de a universidade pública estar sob a ameaça do ajuste, cuja natureza é tirar dinheiro de políticas públicas para pagar aos credores da dívida pública.”



## Lisete Arelaro (USP)

“Ou nos mobilizamos ou perdemos essa batalha. Sou aliada desse movimento. Considero que a melhor forma de expansão do ensino público é aquela feita por meio da universidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) abriu 200 campi novos e 18 novas universidades públicas no país. Apesar de pouco, é ótimo, pois onde chega uma universidade ela faz diferença. A ampliação do setor público é importante porque ele tem por definição e por constituição algumas condições de trabalho e ensino que garantem a luta em praça pública. Nas privadas não tem isso, quem manda é o mercado. A entrada galopante dos conglomerados privados educacionais não ocorre por acaso. Eles se apropriam do nosso discurso pela democratização do ensino, dizendo que oferecem vagas sem seleção e os elitistas ficam com a universidade pública. Essa é uma inversão que não podemos desconsiderar.”



## Ruy Braga (USP)

“Hoje, vivenciamos duas formas combinadas de crise social: a econômica e a política. A economia brasileira é cada vez mais dependente da dinâmica do mercado mundial, o que impede uma saída interna para o problema. Nossos mecanismos são muito frágeis. A industrialização dos serviços sob a lógica do capital financeiro também se reflete na área da educação, com a presença de grandes conglomerados. Nesse regime não há exigência de qualificações mais elevadas. É difícil ver realidade alternativa a esse modelo, sem contar que não há prazo de validade dessa política de austeridade, o que acaba aumentando a pressão coletiva. Formas de consentimento social esgotam-se e somam-se ao aprofundamento de crise econômica.”



## Daniel Cara (Campanha Nacional pelo Direito à Educação)

“A experiência da campanha foi mais voltada ao ensino fundamental. Estamos mais recentemente na discussão do ensino superior, que não é considerado como direito social – só a educação básica é –, mas como um serviço. Essa é uma agenda que pode ser atualizada: a educação superior como um direito. Sendo assim, permite maior chance de exigibilidade de direitos, inclusive diante da justiça. A educação superior como sendo um bem público, avançando em uma perspectiva de direito, o que aumenta nossa capacidade de exigir o aumento do número da matrículas públicas. A luta pelo direito à educação não deve ficar restrita ao parlamento. É preciso radicalizar a prioridade ao ensino superior público; ele não será prioridade daqui para frente.”



## Luiz Schuch (UFPel)

“Observamos nas universidades a preservação de componentes coloniais bastante profundos, dos quais não nos desprendemos. O mercado não é capaz de resolver os problemas educacionais de qualquer nação, muito menos de um país como o Brasil. As nossas universidades federais e estaduais estão sob ataque. O setor de serviços é a ‘bola da vez’ da expansão do capital. O Prouni (Programa Universidade Para Todos) é uma gigantesca política de renúncia fiscal, ao liberar capitais para investir em educação. Há uma avidez de mercado pelo setor. O Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) foi expansão com aumento, com precarização. Crescimento não é por si emancipatório e não garante o papel universitário.”



## Verbas do Fies turbinam valor de empresas privadas

Nos últimos anos, as empresas privadas de educação começaram a se aventurar em uma nova área: a bolsa de valores. A inserção no mercado de ações foi o marco da aceleração das operações de compra e venda entre elas, que se tornaram poderosos conglomerados com capital aberto. Segundo a consultoria Hoper Educacional, em 2016, apenas 12 grupos educacionais deverão representar metade do mercado, hoje estimado em R\$ 28 bilhões ao ano; em 2011, 16 empresas respondiam por 30%.

A fusão do grupo Kroton-Anhanguera (GKA) levou à compra de 365 faculdades e somará 1,2 milhão de alunos, seguido pela Unip com 500 mil e Estácio de Sá com 300 mil. A valorização das ações do GKA mostra a importância que a educação assumiu no mercado como “mercadoria” ou “bem de consumo”. O crescente sucesso do Fies e do Prouni, que garantiram milhões de bolsas parciais e integrais em universidades particulares, ajudou a turbinar as ações dessas empresas.

### Prioridade: lucro

Para o sociólogo Wilson Mesquita de Almeida, em entrevista ao site da *Carta Capital*, o Prouni ajudou a consolidar um modelo que prioriza o lucro em detrimento da qualidade. “É importante ampliar o acesso ao ensino superior, mas deve-se garantir a qualidade dos cursos ofertados”, disse.

Autor do livro *Prouni e o Ensino Superior Lucrativo em São Paulo*, ele afirma que os incentivos fiscais oferecidos às universidades privadas pelo programa transformaram pequenas universidades em grandes grupos de educação com ações comercializadas na Bolsa de Valores.

De acordo com Helena Sampaio, professora da Faculdade de Educação da Unicamp, em seu artigo *O setor privado de ensino superior no Brasil: Continuidades e transformações*, a abertura de capital na bolsa de valores e as parcerias com redes internacionais de educação só se tornaram possíveis porque, há mais de uma década, as mantenedoras das companhias privadas instituíram-se como empresas com finalidade lucrativa.

### Termos de compromisso

Para garantir a qualidade do ensino, o Ministério da Educação (MEC) vem propondo para algumas instituições particulares de ensino superior na área do Direito que assinem termos de compromisso.

A proposta do MEC é reduzir a oferta de vagas, elevar as exigências para o corpo docente, limitar o número de estudantes por sala de aula e estabelecer um número mínimo de obras nas bibliotecas. Quem não aderir, receberá processo administrativo, que poderá levar ao fechamento do curso, em último caso.



Fotos: José Luiz Guerra

# A questão do financiamento atinge todas as universidades federais

Orçamento do custeio básico tem reduzido proporcionalmente a cada ano

Qual o futuro da universidade pública brasileira? Instituições de ensino com um importante papel econômico e social, que envolve a geração e a difusão do conhecimento, hoje são submetidas a este questionamento por causa da insistente queda do financiamento estatal. Têm certa autonomia para criar novos cursos, mas dependem de recursos do Ministério da Educação (MEC) para sua manutenção. E justamente este aporte, baseado na tríade capital (destinado a obras e aquisição de material permanente), custeio (funcionamento da instituição e pagamento de salários) e suplementação (dinheiro extra fornecido para complementar o orçamento caso não seja suficiente para o ano orçamentário), vive com a progressiva redução relativa, neste momento ainda mais intensa com o ajuste fiscal imposto à sociedade brasileira.

O anúncio, feito em janeiro pelo governo federal, veio acompanhado de uma justificativa: será preciso segurar os gastos em 2015. Na prática, para o pagamento das despesas correntes da universidade (custeio básico), o ensino superior público inicia este ano com defasagem de pouco mais de 25% em

relação a 2013, de acordo com dados apurados pela Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Naquele ano, as universidades receberam R\$ 3,16 bilhões (equivalentes a R\$ 3,5 bilhões, corrigidos pelo IPC-A de 12/2013 a 03/2015). Para 2015, o orçamento de custeio básico foi reduzido para R\$ 2,9 bilhões. A recente (e tardia) sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) ainda não aponta qualquer sinal de alívio, já que ainda os decretos presidenciais que a regulamentam podem restringir ainda mais o orçamento.

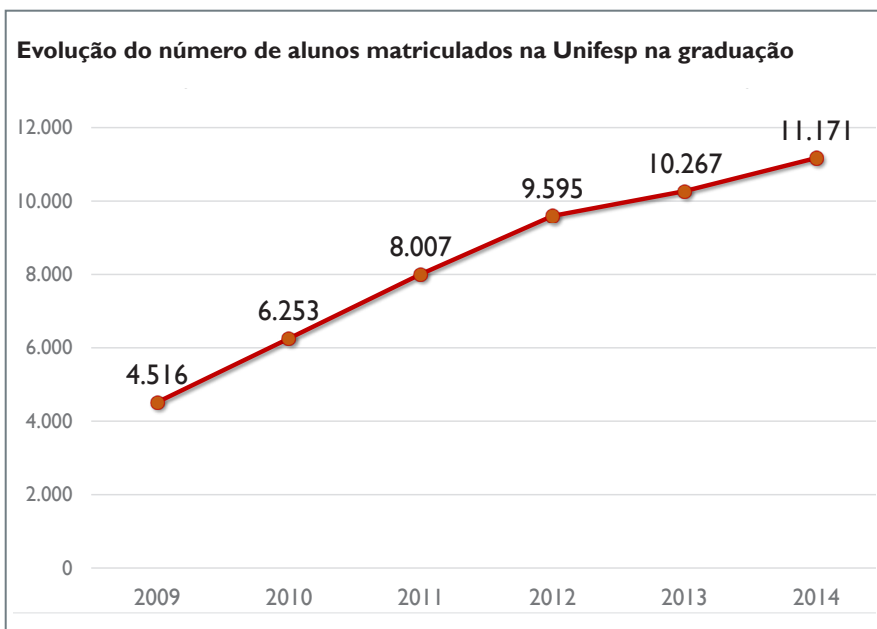
## É preciso evitar a crise

Esses números são preocupantes, principalmente considerando a recente expansão das universidades federais nos últimos anos. No caso da Unifesp, entre 2005 e 2013 o número de alunos de graduação aumentou em 669%, acompanhado pelo crescimento de 185% do corpo docente. Por outro lado, o número de técnicos administrativos em educação reduziu em 10% nesse mesmo período, gerando maior carga de trabalho para esse segmento.

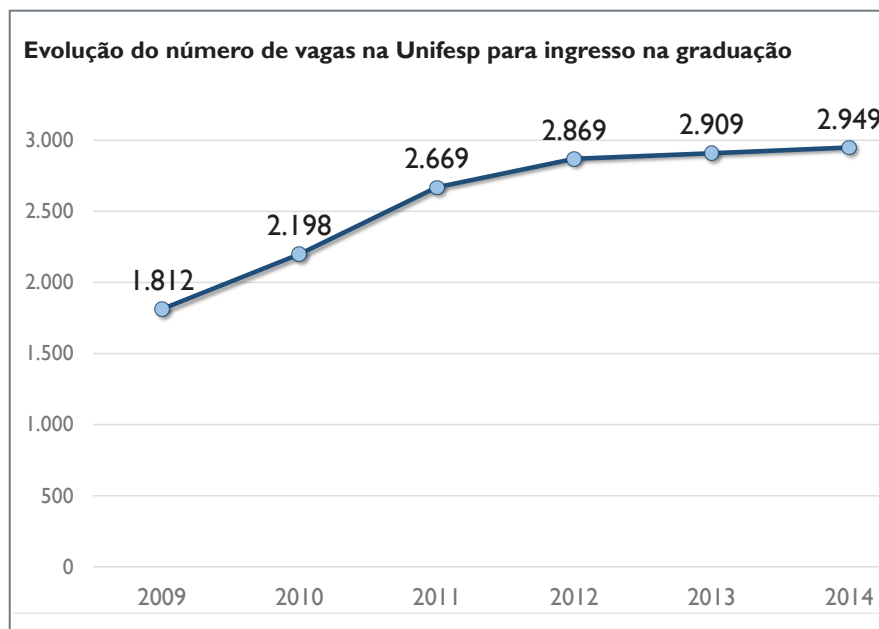
O custeio básico anual das universidades federais

é calculado por uma formulação que leva em conta o número e tipo de alunos de graduação, entre outros indicadores, denominado "Matriz Andifes". No período entre 2009 e 2014, dados extraídos do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) indicam que o montante do custeio básico para a Unifesp oscilou em termos de valor nominal. Em um primeiro momento, a impressão é de que os valores vem aumentando nos últimos anos. Contudo, ao corrigi-los pelo IPC-A, observamos que os montantes encaminhados para a Unifesp em 2014 sofreram redução de 19%, comparados ao ano de 2012, quando o custeio básico atingiu o maior valor relativo da última década.

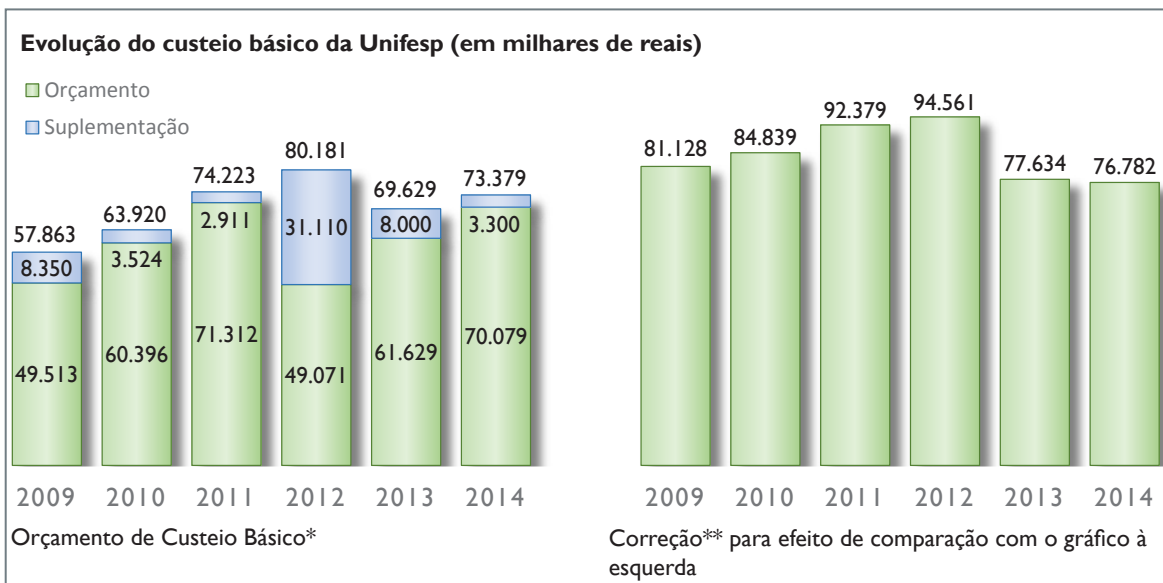
As consequências deste cenário são visíveis em todos os campi da Unifesp, assim como praticamente em todas as outras universidades federais: expansão física sem estrutura orçamentária correspondente, concessão de bolsas prejudicada, auxílios-permanência defasados, problemas que atingem o transporte e moradia estudantil, dificuldades para o pagamento de serviços terceirizados, além de outros fatos que já estão se tornando rotina para estudantes, técnicos e docentes.



Fonte: ProGrad



Fonte: ProGrad



Em 2014, o MEC deixou de liberar R\$ 199,6\*\*\* milhões em custeios para as universidades federais, o equivalente 2,5 vezes o custeio básico da Unifesp. O orçamento da Unifesp não acompanhou a sua expansão.

\* Fonte: SIAFI

\*\*IPCA em dezembro de cada ano, acumulado em março de 2015

\*\*\* Fonte: Forplad/Andifes

## Expediente

O jornal *Entrementes* é uma publicação da Universidade Federal de São Paulo, voltada ao corpo docente, servidores técnico-administrativos e alunos da instituição.

### Universidade Federal de São Paulo

Reitora: Soraya Soubhi Smaili  
Vice-Reitora: Valeria Petri

### Jornal *Entrementes* especial n.º 4 – abril / 2015

### Publicação da Unifesp

### Departamento de Comunicação Institucional

Jornalista responsável/Editor: José Arbex Jr. (MTB 14.779/SP)  
Equipe de jornalismo: Daniel Patini e Valquíria Carnáuba  
Estagiários: João Gabriel e Rogério Dias  
Fotografias: Acervo Unifesp / Créditos indicados nas imagens  
Projeto gráfico: Ângela Cardoso Braga  
Edição de imagens: Reinaldo Gimenez  
Gráficos: Décio Luis Semensatto Junior  
Assessoria de imprensa: CDN Comunicação Corporativa  
Tiragem: 2 mil exemplares  
Periodicidade: bimestral

### Redação e Administração

Rua Sena Madureira, 1.500 – Vila Clementino – CEP: 04021-001  
São Paulo – SP – Tel.: (11) 3385-4116  
imprensa@unifesp.br  
www.unifesp.br

